



Simulado Final **SEFAZ RR**

Auditor Fiscal de Tributos Estaduais
Pós-editais

Simulado

SEFAZ-RR

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso da SEFAZ-RR;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no [blog do Estratégia Concursos](#).

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-RR-30-10>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 26 – A B C D E | 51 – A B C D E | 076 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 27 – A B C D E | 52 – A B C D E | 077 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 28 – A B C D E | 53 – A B C D E | 078 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 29 – A B C D E | 54 – A B C D E | 079 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 30 – A B C D E | 55 – A B C D E | 080 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 31 – A B C D E | 56 – A B C D E | 081 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 32 – A B C D E | 57 – A B C D E | 082 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 33 – A B C D E | 58 – A B C D E | 083 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 34 – A B C D E | 59 – A B C D E | 084 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 35 – A B C D E | 60 – A B C D E | 085 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 36 – A B C D E | 61 – A B C D E | 086 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 37 – A B C D E | 62 – A B C D E | 087 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 38 – A B C D E | 63 – A B C D E | 088 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 39 – A B C D E | 64 – A B C D E | 089 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 40 – A B C D E | 65 – A B C D E | 090 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 41 – A B C D E | 66 – A B C D E | 091 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 42 – A B C D E | 67 – A B C D E | 092 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 43 – A B C D E | 68 – A B C D E | 093 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 44 – A B C D E | 69 – A B C D E | 094 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 45 – A B C D E | 70 – A B C D E | 095 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 46 – A B C D E | 71 – A B C D E | 096 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 47 – A B C D E | 72 – A B C D E | 097 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 48 – A B C D E | 73 – A B C D E | 098 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 49 – A B C D E | 74 – A B C D E | 099 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 50 – A B C D E | 75 – A B C D E | 100 – A B C D E |

PORTUGUÊS

Luiz Felipe

A formação da cidadania

Em todas as manifestações de caráter social, político e econômico, da mais insequente opção (pessoal) às mais sérias decisões do governo, o ser humano é guiado por dois comportamentos básicos: pensar e agir, de acordo com os conhecimentos disponíveis. (...)

A interação contínua entre pensamento e ação permite ao homem tomar decisões, tanto as de natureza particular – como a escolha de um curso ou profissão ou a compra de um par de sapatos -, quanto as que terão consequências coletivas, como a eleição de governantes ou a participação em manifestações públicas. Portanto, de modo geral, as decisões não são arbitrárias. Não importa o grau de consciência política que o indivíduo possui, ou a massa de conhecimentos de que ele dispõe sobre uma questão: há sempre uma dose de reflexão em cada um dos seus atos.

É fácil de constatar que as ideias, as opiniões, as atitudes e as ações não seguem um esquema simples, mecanicista e uniforme, pois as diferentes preocupações que atormentam o homem se embaralham e se cruzam a cada instante e às vezes se chocam. É como se todas as provas automobilísticas do mundo fossem disputadas ao mesmo tempo no mesmo autódromo.

A formação do cidadão consiste em capacitá-lo a pôr ordem nesse processo, que se desenvolve ao seu redor e sempre explode dentro dele. A principal contribuição formativa da educação é a de atuar sobre esse mecanismo mental decisório e ajustá-lo o mais corretamente possível, equilibrando os conhecimentos, as habilidades e as atitudes segundo padrões éticos, morais e outros, válidos para todos ou para a maioria das pessoas.

Não existe um método infalível para que alguém possa chegar, sempre, às melhores decisões sobre todas as coisas, mas pode-se melhorar a capacidade de raciocínio com a prática, o estudo, a crítica, a reflexão. O grande objetivo, que mais parece um ideal inatingível, é conseguir que cada indivíduo se torne autônomo, isto é, que seja capaz de decidir por si mesmo, não se sujeitando a interferências ou pressões externas. É o caminho que levará à formação de cidadãos conscientes. É o caminho que devemos construir.

(Martinez, Paulo. *Direitos de cidadania – um lugar*

ao sol. ADAPTADO)

- 01.** A temática central do texto I pode ser compreendida como
- a) a importância coletiva na escolha de seus representantes
 - b) o papel da escola na formação cidadã
 - c) a necessidade de reflexão sobre atos e escolhas
 - d) a formação do cidadão consciente.
 - e) o processo individual de manifestação social

02. Segundo as ideias veiculadas no texto I,

- a) O indivíduo deve balizar suas ações a partir de sua consciência individual.
- b) As ações individuais podem ser arbitrárias quando não se pensa antes de manifestar-se.
- c) A autonomia vai de encontro à ideia de formação do cidadão consciente.
- d) a principal função da educação na formação do indivíduo é o ajuste da relação entre pensamento e ação.
- e) As manifestações humanas resultam exclusivamente de dois fatores: o pensar e o agir.

03. Seria preservada a correção gramatical e o sentido original do texto I caso o vocábulo destacado em "processo, que se desenvolve ao seu redor e sempre explode dentro dele" (4º parágrafo) fosse substituído por

- a) embora
- b) mas
- c) portanto
- d) mas também
- e) porquanto

04. O trecho "conhecimentos de que ele dispõe sobre uma questão" (2º parágrafo) pode ser reescrito, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do texto, da seguinte forma:

- a) conhecimentos de que ele tem sobre uma questão
- b) conhecimentos de cujo usufrui sobre uma questão
- c) conhecimentos que ele dispõe sobre uma questão
- d) conhecimentos de que ele utiliza sobre uma questão
- e) conhecimentos que ele possui sobre uma questão

05. Assinale a alternativa que apresenta o vocábulo destacado em “Não importa o grau de consciência política que o indivíduo possui” com o mesmo comportamento morfossintático.

- a) “É fácil de constatar que as ideias...” (3º parágrafo)
- b) “conseguir que cada indivíduo se torne autônomo” (5º parágrafo)
- c) “quanto as que terão consequências coletivas” (2º parágrafo).
- d) É o caminho que devemos construir (5º parágrafo)
- e) “...preocupações que atormentam o homem...” (3º parágrafo)

TEXTO II

Distribuição de renda é alçada a prioridade

O estímulo do crescimento do consumo interno e a redução da crescente desigualdade estão entre as principais metas econômicas da China para os próximos cinco anos, segundo o plano nacional aprovado pelo Partido Comunista.

“A participação da renda pessoal na distribuição da renda nacional deve ser aumentada, e a participação da remuneração do trabalho na distribuição primária também deve ser elevada”, diz o comunicado de ontem.

O texto fala ainda em “relações de trabalho harmoniosas” e em criar “mecanismos para expandir o consumo doméstico”.

“A grande diferença do décimo segundo Plano Quinquenal é que os planos anteriores se baseavam principalmente em criar um país rico, enquanto este enfatiza a criação de riqueza para a população”, afirmou Yang Weiming, vice-secretário-geral do Comitê de Desenvolvimento Nacional e Reforma, à imprensa estatal chinesa.

Apesar do elevado crescimento das últimas três décadas ter tirado 500 milhões de pessoas da pobreza, a segunda maior economia do mundo ficou bem mais desigual.

Um estudo do Centro de Distribuição de Renda e Pobreza da Universidade Normal de Pequim mostra que os 10% mais ricos ganharam 23 vezes mais do que os 10% mais pobres em 2007. Em 1998, a elite econômica ganhava 7,3 vezes mais do que os mais pobres.

O comunicado prevê ainda que a China “participe ativamente” na governança econômica mundial e na cooperação regional, além de “abrir mais para o mundo e melhorar a sua estrutura de comércio exterior”.

O plano quinquenal ainda está em sua fase preliminar, sem números estabelecidos para os objetivos. Até fevereiro, ficará pronta a versão completa.

(Folha de S. Paulo, 19 de outubro de 2010)

06. A ideia que se verifica na estrutura do 5º parágrafo do texto II é de

- a) concessão
- b) reiteração
- c) conclusão
- d) explicação
- e) alternância

07. Em “enquanto este enfatiza a criação de riqueza para a população” (4º parágrafo), o vocábulo destacado desempenha um importante papel para a construção da coesão textual, referindo-se a/ao

- a) grande diferença
- b) planos anteriores
- c) Yang Weiming
- d) décimo segundo plano quinquenal
- e) país rico

08. Do ponto de vista da coerência, a relação existente entre o 5º e o 6º parágrafos pode ser interpretada

- a) como uma ressalva
- b) como uma comprovação
- c) como uma exemplificação
- d) como uma descrição
- e) como uma contraposição

09. Em relação ao trecho "Apesar do elevado crescimento das últimas três décadas ter tirado 500 milhões de pessoas da pobreza [...]", pode-se afirmar que

- a) apresenta um sentido adversativo em relação à informação que virá.
- b) "da pobreza" desempenha a função de adjunto adverbial de lugar
- c) a junção da preposição "de" com o artigo "o" precisa ser desfeita para a correção gramatical.
- d) "de pessoas" funciona como complemento verbal da forma "ter tirado".
- e) está gramaticalmente correta.

10. As aspas foram utilizadas no texto II

- a) para dar ênfase a trechos relevantes
- b) para sinalizar o emprego de linguagem conotativa
- c) para marcar afirmações não autorais
- d) para indicar neologismos
- e) para demarcar trechos opinativos

MATEMÁTICA E ESTATÍSTICAS

Carlos Henrique

11. Numa pesquisa realizada com 100 pessoas sobre a forma de se locomoverem para o trabalho, constatou-se que:

- 45 usam ônibus;
- 51 usam automóvel;
- 32 usam moto;
- 18 usam ônibus e automóvel;
- 22 usam ônibus e moto;
- 15 usam automóvel e moto;
- 6 usam os três meios de transporte.

Analisando os dados apresentados, conclui-se que o número de pessoas que NÃO utiliza nenhum dos três meios de transporte mencionados é

- a) 17.
- b) 21.
- c) 23.
- d) 26.
- e) 28

12. Bia tem 14 bonecas a menos do que Ana, e Carla tem 17 bonecas a menos do que Ana. Se o produto entre o número de bonecas de Bia e o número de bonecas de Carla é igual a 208, essas três meninas têm, juntas, um total de bonecas igual a

- a) 55.
- b) 56.
- c) 57.
- d) 58.
- e) 59.

13. Uma fabricante de móveis afirma que os móveis que ele produz duram em média 50 meses. Para testar essa hipótese, foram selecionados ao acaso 16 móveis produzidos pelo fabricante, registrados seus tempos de duração X_1, X_2, \dots, X_{16} e calculados os valores

$$\sum x_i = 640 \text{ e } \sum x_i^2 = 29440.$$

O valor da estatística teste é:

- a) -1,8.
- b) -2,2.
- c) -2,3.
- d) -2,5.
- e) -3,2.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

14. No que se refere às abordagens da administração, evolução da administração pública no Brasil e nova gestão pública, marque a alternativa correta.
- a) O modelo de reforma do Estado brasileiro, posto em prática sob a ótica neoliberal, mostrou-se eficaz na solução dos problemas socioeconômicos do país, pois estava orientado para o desenvolvimento e levou em consideração a necessidade do Estado de sua construção em novas bases.
- b) A reforma iniciada com o Decreto-Lei n.º 200/1967 consolidou a centralização das atividades de produção de bens e serviços na administração direta, consagrando e racionalizando uma situação que já se delineava na prática.
- c) As grandes reformas administrativas do Estado brasileiro, ocorridas após 1930, foram do tipo patrimonialista, burocrática e gerencial.
- d) Em um modelo de gestão por resultados, o estabelecimento de objetivos e metas é definido de forma discricionária pelo gestor público.
- e) O Estado Regulador atua como responsável por definir regras ou padrões a serem seguidos em prestação de serviços essenciais à população.

ECONOMIA

Amanda Aires

15. Considere uma pequena economia aberta com câmbio flutuante, plena mobilidade de capitais e política monetária com controle quantitativo da oferta de moeda. Nessa situação,
- a) a taxa de câmbio é unicamente determinada pelas condições do mercado monetário com amplos efeitos do mercado de bens e serviços.
- b) a expansão fiscal é inteiramente neutralizada pela retração das exportações associada a uma contração das importações.
- c) a expansão dos gastos públicos é eficaz em estimular a atividade econômica.
- d) a expansão fiscal melhora o saldo do balanço de pagamentos.
- e) a expansão fiscal melhora o saldo da balança comercial

DREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

16. Art. 5.º. (...) LVIII – o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;
- Art. 18. (...) § 1.º Brasília é a Capital Federal.
- Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre: (...) VII – grandes fortunas, nos termos de lei complementar.
- Brasil.
- Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.
- Brasília – DF: Senado Federal, 1988.
- Quanto ao grau de eficácia, as normas constitucionais precedentes classificam-se, respectivamente, como de eficácia
- a) programática, plena e contida.
- b) limitada, plena e contida.
- c) contida, limitada e plena.
- d) plena, contida e limitada.
- e) contida, plena e limitada.
17. Acerca de direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a opção correta
- a) O estrangeiro residente no Brasil pode ajuizar ação popular para anular ato administrativo lesivo ao patrimônio público.
- b) Segundo a CF, é inviolável a imagem das pessoas, as quais têm assegurado o direito à indenização pelo dano material e moral decorrente de violação de sua imagem
- c) O exercício do direito à liberdade de expressão intelectual independe de licença do poder público, exceto nos casos atentatórios aos bons costumes
- d) A inviolabilidade do domicílio pode ser relativizada durante a noite, desde que tenha havido determinação judicial.
- e) De acordo com a CF, o crime de racismo, embora imprescritível, é afiançável.

18. Considerando as normas constitucionais sobre direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- a) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia ou à noite, por determinação judicial.
- b) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local e mediante prévia permissão da autoridade competente.
- c) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora, salvo se para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- d) É assegurado, nos termos da lei, aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem.
- e) É livre a manifestação do pensamento, permitido o anonimato.

19. A respeito da organização do Estado, da organização dos poderes no Estado e das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta à luz da jurisprudência do STF.

- a) A Advocacia-Geral da União (AGU) é instituição nacional que representa judicial e extrajudicialmente a União, os estados e os municípios.
- b) Uma lei dispendo sobre sistemas de consórcio e sorteios, inclusive bingos e loterias, pode ser editada pela União, pelos estados ou pelo DF, em virtude da competência legislativa concorrente.
- c) Uma ação em que se questione a responsabilidade pessoal de conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deverá ser ajuizada perante o STF, que detém a competência originária para processar e julgar o feito.
- d) Caso um parlamentar conceda declarações à imprensa, ainda que fora do ambiente de trabalho, e tais manifestações estejam vinculadas ao exercício do mandato, incidirá sobre essa atuação a cláusula de inviolabilidade constitucional.

e) O poder regulamentar conferido diretamente pela CF aos ministros de Estado concede-lhes a competência para a edição de atos normativos primários, subordinados diretamente à própria CF.

20. Ana, analista judiciária de um TRT, casada com João, espanhol, foi enviada à França para representar o órgão em um evento. Ao chegar naquele país, em decorrência de complicações na gravidez, deu à luz seu filho, Pedro. Nessa situação, Pedro é considerado

- a) estrangeiro, podendo optar pela nacionalidade brasileira a qualquer tempo, depois de atingir a maioridade.
- b) brasileiro naturalizado.
- c) brasileiro nato.
- d) brasileiro nato, desde que opte pela nacionalidade brasileira a qualquer tempo, depois de atingir a maioridade.
- e) estrangeiro.

21. Considerando as normas constitucionais que versam sobre o Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- a) Compete ao STF processar e julgar, originariamente, a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.
- b) Em se tratando de recurso extraordinário, o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o STF examine a admissão do recurso, somente podendo o tribunal recusá-lo por manifestação da maioria absoluta de seus membros, em atenção à cláusula de reserva de plenário.
- c) Compete ao procurador-geral da República suscitar, perante o STF, incidente de deslocamento de competência para a justiça federal nas hipóteses de grave violação de direitos humanos.
- d) Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos quatro anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- e) A inamovibilidade do magistrado pode ser mitigada por motivo de interesse público, desde que fundada em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

22. No que diz respeito à Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021), assinale a alternativa correta:

- a) A Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, aplica-se aos contratos que tenham por objeto operação de crédito interno.
- b) A Lei 14.133/2021, enquanto norma geral de contratações públicas, aplica-se aos contratos celebrados por empresas públicas prestadoras de serviços públicos.
- c) A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a validade dos contratos administrativos.
- d) Nas contratações regidas pela Lei 14.133/2021, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias relacionadas a direitos indisponíveis.
- e) A Lei 8.666/1993 continuará a reger, durante toda sua vigência, os contratos celebrados após o início da vigência da Lei 14.133/2021, nos casos em que a Administração optar por licitar de acordo com Lei 8.666/1993.

23. Tomando por base as disposições contidas na Lei 8.666/1993 e no Decreto 7.892/2013, relacionadas ao sistema de registro de preços, julgue os itens a seguir:

- I. Na contratação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é prescindível para a realização da licitação.
- II. O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes.
- III. A ata de registro de preços poderá vigorar por no máximo um ano.
- IV. A existência de preços registrados não assegura preferência ao fornecedor registrado, inclusive se houver igualdade de condições.

Assinale a alternativa que apresenta todas as assertivas corretas:

- a) I, II, e IV.
- b) I e II.

- c) I, II e III.
- d) I, II, III e IV.
- e) II e IV.

24. No que se refere à improbidade administrativa, com base na Lei 8.429/92, assinale a afirmativa correta.

- a) Suas disposições somente são aplicáveis aos servidores públicos propriamente ditos.
- b) Agir de forma negligente ao arrecadar tributo é conduta caracterizada como ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública.
- c) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público não está sujeito às disposições da Lei 8.429/1992.
- d) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, de agente público ou de terceiro, deverá ocorrer o integral ressarcimento do dano.
- e) O agente público que se recusar a prestar declaração de bens, dentro do prazo determinado, será suspenso de suas atividades por até noventa dias.

25. Assinale a alternativa que apresenta, de acordo com a Lei 9.637/1998, característica da Organização Social:

- a) constituir-se ente privado revestido de finalidade lucrativa.
- b) pertencer à Administração Pública, em sua acepção subjetiva.
- c) qualificação que depende diretamente de ato de competência do Ministro da Justiça.
- d) exigência de comprovação de funcionamento há pelo menos três anos.
- e) participação de representante do poder público no Conselho de Administração

26. No que pertine às fontes do direito administrativo e à Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Embora a jurisprudência seja considerada, em geral, fonte secundária do direito administrativo, as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão efeito vinculante à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- b) A relação entre órgãos e entidades da Administração Direta e da Indireta caracteriza a chamada administração pública introversa.
- c) A administração pública extroversa diz respeito às relações externas, travadas entre o Poder Público e os administrados, sendo marcadas pelos princípios da supremacia e da indisponibilidade do interesse público.
- d) No sentido objetivo de Administração Pública, ganha relevo a atividade típica de fomento, que condiciona o exercício de direitos individuais em benefício da coletividade.
- e) A ausência de codificação não impede que a lei seja considerada fonte primária do direito administrativo.

27. Pedro, agente público de determinada autarquia do Estado de Roraima, no exercício de suas funções, causou danos patrimoniais a Judas, que pretende obter a respectiva reparação. A este respeito, considerando a responsabilidade civil do Estado e dos servidores públicos e o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal a respeito da matéria, é correto afirmar que:

- a) Pedro poderá responder perante o Estado, independentemente da comprovação de dolo ou culpa.
- b) Pedro poderá responder perante o Estado, desde que comprovado seu dolo.
- c) Judas poderá cobrar a indenização diretamente de Pedro.
- d) Judas tem o prazo de cinco anos para promover a cobrança perante o Estado.
- e) É imprescritível o direito de Judas cobrar a reparação de danos.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

28. Com relação às pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta.

- a) Prescreve em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- b) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos ou não dentro dos poderes definidos no ato constitutivo.
- c) Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer interessado, nomeará administrador provisório.
- d) Para efeito de desconsideração da personalidade jurídica, considera-se desvio de finalidade a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- e) Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade.

29. Acerca do inadimplemento das obrigações e da mora, assinale a alternativa correta.

- a) Nas obrigações negativas, o inadimplemento se dá quando o devedor se abstém do ato que deveria praticar.
- b) O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, ainda que por ele se tenha expressamente responsabilizado.
- c) Inexiste, no ordenamento jurídico brasileiro, a mora do credor.
- d) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora a partir da interpelação judicial ou extrajudicial.
- e) O devedor em mora, via de regra, responde pela impossibilidade da prestação, ainda que resultante de caso fortuito ou força maior.

30. Sobre responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.
- a) É lícita a cumulação dos danos materiais, morais e estéticos.
 - b) Simples devolução indevida de cheque não caracteriza dano moral.
 - c) O agente não responde pelo danos causados em legítima defesa, estado de necessidade ou exercício regular de direito, por se tratarem de excludentes da ilicitude.
 - d) A responsabilidade dos pais pelos danos causados por filhos menores é apurada mediante a verificação da culpa *in vigilando*.
 - e) A responsabilidade por cobrança indevida prescinde da demonstração de má-fé.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

31. Conforme disposto na Lei Complementar 123 de 2006 que versa sobre as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e ainda relativamente ao Microempreendedor Individual, marque a opção correta:
- a) A Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, exceto em relação às obrigações acessórias;
 - b) Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o artigo do Código Civil, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 480.000,00.
 - c) Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de

- pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o artigo do Código Civil, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 480.000,00 e igual ou inferior a R\$ 6.000.000,00.
- d) Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, inclusive quanto ao Simples Nacional, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica de cujo capital participe outra pessoa jurídica ou que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no em outro Estado.
- e) O Microempreendedor Individual - MEI poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, sendo que ara os efeitos da Lei Complementar, considera-se MEI o empresário individual que se enquadre na definição do artigo do Código Civil, ou o empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 81.000,00, que seja optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo.

32. Sobre as sociedades anônimas, com regramento previsto na Lei 6.404 de 1976, marque a opção correta:

- a) A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.
- b) Pode ser objeto da companhia qualquer empresa de fim lucrativo, não contrário à lei, à ordem pública, ao estatuto e aos bons costumes.
- c) Qualquer que seja o objeto, a companhia é mercantil e se rege pelas leis e usos do comércio e o estatuto social não precisa definir o objeto de modo preciso e completo.
- d) A companhia pode ter por objeto participar de outras sociedades; desde que prevista no estatuto, a participação é facultada como meio de realizar o objeto social, ou para beneficiar-se de incentivos fiscais.
- e) O nome do fundador, acionista, ou pessoa que por qualquer outro modo tenha concorrido para o êxito da empresa, só poderá figurar na denominação com aprovação do acionista controlador.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

33. Ficam sujeitos à lei brasileira, sem a necessidade de preenchimento de nenhuma condição, embora cometido no estrangeiro:

- a) Os crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.
- b) Os crimes praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados.
- c) Os crimes praticados contra a vida ou a liberdade do Vice-Presidente da República.
- d) Os crimes praticados por brasileiros.
- e) Os crimes praticados contra a administração pública, por quem está a seu serviço

34. Em relação aos crimes contra a ordem tributária, previstos na Lei nº 8.137/1990, assinale a alternativa correta.

- a) A ação penal pode ser tanto pública, quanto privada.
- b) Caso o juiz, considerado o ganho ilícito e a situação econômica do réu, verifique a insuficiência ou excessiva onerosidade das penas pecuniárias previstas nesta lei, poderá diminuí-las até a décima parte ou elevá-las ao quíntuplo.
- c) Nos crimes contra a ordem tributária admite-se a modalidade culposa.
- d) É cabível a delação premiada nos crimes contra a ordem tributária e o beneficiado terá sua pena de um a dois terços.
- e) Se o crime cometido por servidor público no exercício de suas funções, sua pena poderá ser agrava de um sexto a um terço.

35. A conduta de deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente, configura o delito de

- a) prevaricação.
- b) condescendência criminosa.
- c) violência arbitrária.
- d) advocacia administrativa.
- e) exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado.

CONTABILIDADE

Julio Cardoso / Silvio Sande

36. Em relação à escrituração contábil e ao Método das Partidas Dobradas, é correto afirmar que

- a) a conta Seguros Antecipados é uma conta de resultado e possui natureza devedora.
- b) as contas do Ativo que não sejam retificadoras diminuem por débito.
- c) nem todas as contas do ativo possuem saldo devedor.
- d) para que a entidade tenha lucro no período, a soma dos ativos deve ser maior que seus passivos exigíveis.
- e) as contas do passivo possuem saldo credor, sem exceções.

37. O prejuízo do exercício, de acordo com a Lei nº 6.404/76, deve ser absorvido na seguinte ordem:

- a) reserva legal, reservas de lucros e lucros acumulados.
- b) reserva legal, reservas de lucros e reserva de capital.
- c) capital social, reservas de capital e reserva legal
- d) lucros acumulados, reserva legal e reservas de lucros
- e) lucros acumulados, reservas de lucros e reserva legal.

38. A empresa de contabilidade Bonfim S/A pagou, no mês de junho, o aluguel de sua sede no valor de R\$ 80.000,00, que havia já provisionado, com 60 dias de atraso. A multa e os juros, conforme contrato, correspondem a R\$ 1.600,00. O lançamento contábil refletirá no balanço patrimonial:

- a) redução do ativo, redução do passivo e redução do patrimônio líquido.
- b) aumento do ativo e aumento do passivo.
- c) aumento do ativo e redução do passivo, apenas.
- d) redução do ativo, redução do passivo e aumento do patrimônio líquido.
- e) aumento do ativo, redução do passivo e redução do patrimônio líquido.

39. A Cia Normandia S/A adquiriu, à vista, um equipamento para uso em suas atividades administrativas, com desconto incondicional de 10%. Para a Cia Normandia S/A essa operação representará um fato contábil:

- a) modificativo diminutivo.
- b) modificativo aumentativo.
- c) permutativo.
- d) misto aumentativo.
- e) misto diminutivo.

40. Ao final do exercício social de 2021, a empresa Roraima S/A, que utiliza o sistema de inventário periódico, realizou a contagem de estoques de mercadorias. Entretanto, em um processo de auditoria fiscal, o auditor Julio Cardozo necessita calcular o estoque final de mercadorias com base nas informações contábeis apresentadas pela empresa.

Os saldos são os seguintes:

- receita de vendas = R\$ 700.000;
- lucro bruto = R\$ 420.000.
- estoque inicial = R\$ 220.000;
- compras líquidas = R\$ 200.000;

Desconsiderando-se os efeitos de tributos e de demais receitas/despesas não apresentadas, o valor do estoque final de mercadorias com base nos saldos contábeis apresentados é igual a

- a) R\$ 200.000.
- b) R\$ 280.000.
- c) R\$ 300.000.
- d) R\$ 340.000.
- e) R\$ 620.000.

41. Das contas apresentadas abaixo, assinale a opção que apresenta a conta do patrimônio líquido que, em virtude de sua função na legislação societária, possui dupla natureza, ora apresentando saldo credor, ora saldo devedor no balanço patrimonial.

- a) lucros a realizar
- b) ações em tesouraria
- c) capital subscrito
- d) reservas de lucro
- e) ajustes de avaliação patrimonial.

42. A Cia. Industrial Roraima S/A adquiriu à vista 10.000 unidades de matéria prima por R\$ 900.000,00, que será utilizada no processo produtivo. Na operação houve incidência de 10% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e o valor total da nota fiscal de compra foi R\$ 990.000,00. Sobre a aquisição, incidiu também o Imposto sobre Circulação de Mercadorias à alíquota de 18%. Considerando o que prevê o CPC 16 – Estoques e que a companhia é contribuinte dos dois tributos, o valor do estoque de matérias-primas, em R\$, registrado na operação foi de:

- a) R\$738.000,00
- b) R\$811.800,00
- c) R\$828.000,00
- d) R\$900.000,00
- e) R\$990.000,00

43. A empresa Roraima S/A pagou em 1/2/20x0 a importância de R\$ 288.000,00 em uma apólice de seguros de seus automóveis, a qual tem vigência por 12 meses, a partir da data em que ocorreu o pagamento. É correto afirmar que o montante que constará em Seguros a vencer (Ativo), em 31 de agosto de 20x0, é de:

- a) \$ 168.000,00.
- b) \$ 120.000,00.
- c) Zero.
- d) \$ 288.000,00.
- e) \$ 144.000,00

44. Determinada empresa adquiriu uma máquina industrial, com vida útil estimada de dez anos, pelo valor de R\$ 2.000.000. A empresa adota como política um valor residual de 10% para todos os seus ativos. Ao final do quinto ano de uso, após apurada e contabilizada a depreciação correspondente de todos os ativos da empresa, avaliou-se o valor em uso da referida máquina em R\$ 1.000.000, e o seu valor justo, líquido das despesas de venda, em R\$1.080.000 mil.

Considerando o que prevê a NBC TG 01 (R4) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, deverá reconhecer uma perda por desvalorização do equipamento no valor de

- a) R\$ 20.000,00
- b) R\$ 80.000,00
- c) R\$ 100.000,00
- d) R\$ 180.000,00
- e) R\$ 240.000,00

45. A empresa Roraima S/A adquiriu um veículo que será utilizado para o transporte de funcionários. A depreciação do ativo deve cessar quando

- a) o veículo for classificado como mantido para venda.
- b) o veículo estiver ocioso.
- c) o veículo estiver nas condições de funcionamento determinadas pela administração.
- d) a vida útil do veículo estiver próxima do seu término.
- e) o valor em uso for menor que o valor contábil registrado

46. Na elaboração da Demonstração do Valor Adicionado, os valores relativos a receitas oriundas de ganhos com equivalência patrimonial, devem ser reconhecidos como

- a) outras receitas.
- b) insumos adquiridos de terceiros.
- c) valor adicionado recebido em transferência.
- d) remuneração de capitais de terceiros.
- e) remuneração de capitais próprios.

47. Com base na Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade CPC 00 (R2), assinale a alternativa que apresente características qualitativas fundamentais e de melhoria.

- a) Relevância, Representação fidedigna, tempestividade, compreensibilidade, comparabilidade, materialidade, capacidade de verificação.
- b) Tempestividade, compreensibilidade, comparabilidade, materialidade, prudência.
- c) Representação fidedigna, relevância, tempestividade, compreensibilidade, comparabilidade, capacidade de verificação.
- d) Prudência, compreensibilidade, comparabilidade, essência sobre a forma, materialidade, capacidade de verificação.
- e) Essência sobre a forma, materialidade, razoabilidade, representação fidedigna, relevância.

48. A equipe de Contabilidade Gerencial da empresa Bonfim S/A apurou os seguintes gastos relacionados com a produção ao longo do ano de 2021.

I – Matéria-prima e embalagens que podem ser apropriadas diretamente ao produto, R\$ 300.000,00;

II – Material de consumo que não há como ser alocado ao produto com precisão, dependendo de critérios de rateio, R\$ 80.000,00;

III – Mão de Obra do pessoal ligado à produção, R\$ 160.000,00;

IV – Salários dos supervisores da fábrica, R\$ 60.000,00;

V – Depreciação de máquinas, apuradas pelo método linear e em valores iguais por período, e não por produto R\$ 30.000,00;

VI – Energia elétrica consumida na produção, R\$ 50.000,00 alocada diretamente aos produtos por meio de um medidor e R\$ 20.000,00 alocado indiretamente ao produto.

VII – Aluguel do prédio onde fica o setor produtivo, R\$ 24.000,00.

Efetuada a classificação desses gastos entre custos diretos e indiretos, encontramos:

- a) Custos diretos R\$ 590.000,00 e indiretos R\$ 134.000,00.

- b) Custos diretos R\$ 510.000,00 e indiretos R\$ 214.000,00.

- c) Custos diretos R\$ 534.000 e indiretos R\$ 190.000,00.

- d) Custos diretos R\$ 540.000,00 e indiretos R\$ 184.000,00.

- e) Custos diretos R\$ 460.000,00 e indiretos R\$ 264.000,00.

49. A controladoria de determinada empresa apurou que ela atinge seu ponto de equilíbrio ao vender 200 mil unidades de seu único produto: produto X. Seus gestores estimam que se houver um aumento em suas vendas de 5% — mantidos custos e preços —, ela obterá um lucro de R\$ 600 mil.

Nesse caso, o valor de sua margem de contribuição unitária será

- a) inferior a R\$ 5.

- b) superior a R\$ 5 e inferior a R\$ 25.

- c) superior a R\$ 25 e inferior a R\$ 45.

- d) superior a R\$ 45 e inferior a R\$ 65.

- e) superior a R\$ 65.

50. Determinada empresa produz e vende ferramentas, cujas informações referentes ao ano de 2020 foram apresentadas a seguir pelos gestores de custos:

Itens	Ferramentas
Quantidade produzida	12.000
Quantidade vendida	10.000
Custo variável (por unidade.)	R\$ 80,00
Despesa variável (por unidade.)	R\$ 18,00
Preço Líquido de Venda (por unidade.)	R\$ 86,00

No início do período não havia estoques iniciais de produtos acabados e em elaboração e, no final do ano, não havia estoques de produtos em elaboração. Os custos fixos do período foram R\$ 264.000,00 e as despesas fixas R\$ 96.000,00.

Com base nessas informações, o lucro bruto apurado em 2020 da empresa, de acordo com o método de custeio por absorção, foi, em R\$,

- a) 370.000,00.
- b) 288.000,00.
- c) 240.000,00.
- d) 150.000,00.
- e) 70.000,00.

DIREITO TRIBUTÁRIA

Fernando Maurício

51. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

I-) Tributos são obrigações que possuem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

II-) Os serviços públicos são considerados específicos quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas.

III-) A depender do tributo, ele pode ser cobrado mediante atividade administrativa vinculada ou discricionária.

Está incorreto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.

- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

52. Em relação às previsões do Código Tributário Nacional sobre a Contribuição de Melhoria, assinale a alternativa correta:

- a) É um tributo de competência exclusiva da União, arrecadado mediante rateio em nível nacional e tem por finalidade fazer face ao custo de obras públicas que sejam necessárias, mas onerosas demais para serem custeadas pelo poder público federal, isoladamente.
- b) É instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.
- c) É instituído para fazer face ao custo de obras em prédios públicos, das quais decorra a valorização destes.
- d) É um tributo de competência privativa da União, tem como fato gerador obras públicas realizadas por ela e que beneficiam mais de um Estado, tem como contribuinte apenas pessoas jurídicas de direito público, e tem como limite de arrecadação o custo da obra realizada em cada uma destas unidades federadas.
- e) É um tributo de competência exclusiva dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal, e tem como limite de arrecadação a soma dos limites individuais de valorização imobiliária, representada pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

53. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

I-) Um tributo é considerado extrafiscal quando a Lei que o cria nomeia outra pessoa jurídica para ser sujeito ativo, e destina-lhe os recursos arrecadados.

II-) Os impostos somente podem ser cobrados mediante atividade plenamente vinculada, apesar de, em regra, ser vedada a destinação do produto de sua arrecadação a finalidade específica.

III-) Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos Estaduais e Municipais, ainda que estes Territórios sejam divididos em Municípios.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

54. Assinale dentre as alternativas abaixo àquela que não corresponde a uma característica previstas às Contribuições Residuais:

- a) Instituída por Lei Complementar.
- b) Deve ser cumulativa.
- c) Não pode ter Base de Cálculo idêntica a das Contribuições já previstas na Constituição Federal.
- d) Não pode ter Fato Gerador idêntico a das Contribuições já previstas na Constituição Federal.
- e) Só podem ser instituídas pela União.

55. A Igreja Batista de Boa Vista alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a igreja financia suas atividades missionárias.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança de tributos do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas às igrejas de qualquer culto.

b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a Igreja é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.

c) O IPTU é devido e a Igreja, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.

d) O IPTU não é devido, uma vez que a Igreja não é sujeito passivo de nenhum tributo.

e) O IPTU não é devido, tendo em vista que a igreja está utilizando os valores recebidos de aluguel nas finalidades para as quais foi criada.

56. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, julgue os itens a seguir:

I-) Cabe à Resolução do Senado Federal estabelecer as alíquotas mínimas do ITCMD - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação.

II-) Resolução do Senado Federal poderá estabelecer as alíquotas internas máximas para o ICMS.

III-) O IPVA poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo, utilização e nacionalidade do veículo automotor.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

57. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa correta:

a) 25% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.

b) 100% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.

c) 10% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados

d) Pertencerá aos Municípios 20% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.

e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 25% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

58. Com relação à responsabilidade tributária, analise as afirmativas a seguir.

I-) No caso de hasta pública de bem imóvel, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis se sub-rogam sobre o respectivo preço.

II-) Encerrado o inventário com a partilha de bens, eventual débito, posteriormente aferido, será limitado a cada sucessor, ao montante do quinhão ou legado recebidos.

III-) A empresa sucessora, resultante de fusão, é responsável pelos tributos devidos pela sucedida e pelas multas de mora, não havendo responsabilidade pelas multas punitivas.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

59. O Prefeito de Boa Vista, por meio de Decreto publicado em 22 de dezembro de 2020, alterou a data de pagamento do ISS, antecipando seu pagamento em 10 dias.

Sobre esta antecipação do prazo de pagamento, assinale a afirmativa correta.

- a) Somente pode ser feita através de lei, e terá eficácia imediata a partir da data em que esta lei tenha sido publicada.
- b) Somente pode ser feita através de lei, e somente terá eficácia após decorridos noventa dias da data em que a lei tenha sido publicada.
- c) Somente pode ser feita através de lei, e somente terá eficácia no exercício financeiro seguinte àquele em que a lei tenha sido publicada.
- d) Embora possa ser feita mediante Decreto, somente terá eficácia depois de decorridos noventa dias da data em que o Decreto tenha sido publicado.
- e) Alteração de data de pagamento, ainda que seja para sua antecipação, não se submete ao princípio da legalidade, podendo ser estabelecida por Decreto.

60. Segundo a Constituição Federal de 1988, cabe a qual meio normativo regular as limitações constitucionais ao poder de tributar?

- a) Lei Ordinária.
- b) Emenda Constitucional.
- c) Lei Complementar.
- d) Decreto Legislativo.
- e) Resolução do Senado Federal.

61. Com relação ao lançamento tributário, analise os itens a seguir:

I-) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento.

II-) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

III-) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, desde que posteriormente convalidado pelo Fisco.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

62. As opções a seguir apresentam os efeitos da Concessão de Tutela Antecipada em ação Judicial, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Impedir a propositura da ação de execução fiscal.
- b) Afastar a situação de inadimplência, possibilitando a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa.
- c) Suspender o curso do prazo prescricional.
- d) Impedir o lançamento do crédito tributário.
- e) Suspender a inscrição no CADIN (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais).

63. Em relação à moratória, julgue os itens a seguir:

I-) A moratória em caráter individual somente pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.

II-) A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

III-) A concessão da moratória em caráter individual gera direito adquirido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

64. Em relação à exclusão do Crédito Tributário, julgue os itens a seguir:

I-) A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo.

II-) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria; e nem aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

III-) A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com a qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

65. A sociedade empresária AXYDD Ltda. teve sua falência decretada, tendo dívidas de obrigação tributária principal relativas a tributos e multas, dívidas decorrentes de acidente de trabalho, bem como dívidas com garantia real. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre as dívidas com garantia real.
- b) A dívida decorrente de acidente de trabalho tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- c) O crédito tributário decorrente de multas tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.
- d) O crédito relativo às multas tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- e) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.

66. Sobre as garantias e os privilégios do crédito tributário, julgue os itens a seguir:

I-) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário altera a natureza deste, mas não a da obrigação tributária a que corresponda.

II-) Desde que ocorra a regular inscrição em dívida ativa, e não sendo reservados bens ao pagamento desta dívida, pode-se presumir como fraudulenta a alienação de bens realizada pelo sujeito passivo que esteja em débito com a fazenda pública.

III-) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade respondem pelo pagamento do crédito tributário.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

67. A respeito da Dívida Ativa e da Certidão Negativa, assinale a alternativa correta:

- a) Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito de qualquer natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.
- b) O objetivo da inscrição do crédito tributário em dívida ativa é extrair a Certidão de Dívida Ativa (CDA), título executivo judicial, que viabiliza a posterior propositura da ação de execução fiscal.
- c) A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução.
- d) A Certidão de Dívida Ativa (CDA), conterà, se for o caso, a indicação do livro e da folha da inscrição.
- e) O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará, se for o caso, a data em que foi inscrita.

68. A respeito da Dívida Ativa e da Certidão Negativa, julgue os itens a seguir:

- I-) A dívida tributária, desde que inscrita, goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- II-) A presunção de certeza e liquidez da dívida ativa regularmente inscrita é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.
- III-) A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

69. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN, julgue os itens a seguir:

- I-) A legislação tributária aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.
- II-) Estão sujeitos a fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, inclusive aqueles que não são de escrituração obrigatória, limitado o exame aos pontos objeto da investigação.
- III-) Mediante intimação escrita ou verbal, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

70. Possui o mesmo efeito previsto para a Certidão Negativa, exceto:

- a) A certidão que conste a existência de créditos parcelados.
- b) A certidão que conste a existência de créditos não vencidos.
- c) A certidão que conste a existência de créditos objeto de moratória.
- d) A certidão que conste a existência de créditos em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora.
- e) A certidão que conste a existência de créditos objeto de impugnação judicial.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Rafael Rocha / Eduardo da Rocha

71. Considere uma transmissão *causa mortis* de um veículo licenciado no estado do Amazonas, com valor venal de R\$ 90.000,00. Paulo e Tiago, herdeiros do falecido, residem no estado de Rondônia. O autor da herança, no momento do óbito, era domiciliado no estado de Roraima, mas seu inventário transcorreu extrajudicialmente no estado do Amapá.

Com base na situação acima, pode-se afirmar que:

- a) Paulo e Tiago são contribuintes do imposto, que será devido ao Amazonas.
- b) Paulo e Tiago são contribuintes do imposto, que será devido a Rondônia.
- c) Paulo e Tiago são contribuintes do imposto, que será devido a Roraima.
- d) Considera-se ocorrido o fato gerador do ITCD no momento da abertura do inventário.
- e) Nenhuma das anteriores.

72. Acerca do ITCD, pode-se afirmar que:

- a) sua base de cálculo é o valor venal dos bens ou direitos, transmitido ou doado, no momento do pagamento do imposto.
- b) não há incidência do imposto sobre bens doados por templos de qualquer culto.
- c) a sua alíquota é de 2% nas transmissões por doação e de 4% nas transmissões *causa mortis*.
- d) sua incidência se dá, inclusive, sobre cessões gratuitas de direitos reais sobre bens imóveis.
- e) o doador responderá subsidiariamente pelo imposto devido pelo donatário.

73. João resolve doar a seu filho, José, o valor de R\$ 50.000,00 para que ele compre um carro. Para efetivar a transmissão, João apenas faz um PIX para José no referido valor. No caso concreto, considerando que ambos residem em Roraima, pode-se afirmar que o ITCD deverá ser pago:

- a) dentro de 15 (quinze) dias contados da data da apresentação da informação sobre a doação à repartição fiscal.
- b) antes de ser efetuada a transferência.
- c) no momento da transferência.
- d) dentro de 30 (trinta) dias a contar da transferência.
- e) dentro de 180 (cento e oitenta) dias a contar da transferência.

74. Considere que João, casado com Maria, faleceu e deixou 5 imóveis a inventariar. O casal possuía José como único filho. No caso em questão, pode-se afirmar que, em razão da transmissão *causa mortis*, ocorrerá/ocorrerão:

- a) 1 fato gerador.
- b) 2 fatos geradores.
- c) 5 fatos geradores.
- d) 10 fatos geradores.
- e) nenhuma das anteriores.

75. Com base no decreto nº 856-E/94, compete à Secretaria Geral:

- a) providenciar a manutenção de intercâmbio e convênio com órgãos congêneres da União dos Estados e dos Municípios.
- b) conhecer sobre recursos de ofício interpostos pelos julgadores de primeira instância.
- c) decidir em matéria de consulta.
- d) conhecer sobre pedidos de restituição de tributos pagos indevidamente.
- e) conhecer sobre recursos voluntários interpostos por sujeito passivo de obrigações tributárias, quando for contribuinte do Simples Nacional.

76. Com base na lei 72/94, acerca dos prazos para interposição de recursos no âmbito do PAT, pode-se afirmar que:

- a) serão contínuos, incluindo-se na sua contagem o dia de início e excluindo-se o de vencimento.
- b) serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento.
- c) serão contínuos, contando-se, apenas, os dias úteis, incluindo-se na sua contagem o dia de início e excluindo-se o de vencimento.
- d) serão contínuos, contando-se, apenas, os dias úteis, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento.
- e) Nenhuma das anteriores.

77. De acordo com a lei 72/94, considera-se iniciado o procedimento fiscal, exceto:

- a) com a lavratura de termo de arrecadação de livros e documentos fiscais ou da intimação para sua apresentação.
- b) com o começo do desembaraço aduaneiro de mercadorias importadas.
- c) com a lavratura do termo de início de fiscalização.
- d) com a lavratura do Auto de Infração ou Notificação.
- e) com o primeiro ato de ofício, verbal ou escrito, praticado por servidor competente do qual se dê ciência ao sujeito passivo da obrigação tributária.

78. De acordo com a lei 72/94, acerca do instituto da consulta é correto afirmar que:

- a) somente o sujeito passivo poderá apresentá-la.
- b) deverá ser formulada por escrito, através de petição, dirigida ao Presidente do Contencioso Administrativo Fiscal, através da repartição do domicílio fiscal do consultante, devendo indicar se versa sobre hipótese em relação a qual já se verificou ou não a ocorrência de fato gerador.
- c) caracteriza a espontaneidade do sujeito passivo, em relação à espécie consultada, inclusive quando formulada após vencido o prazo legal para cumprimento da obrigação a que se referir.
- d) o tributo considerado devido pela solução dada a consulta será cobrado sem imposição de qualquer penalidade, se recolhido dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que o consultante tomar ciência da resposta.
- e) Nenhuma das anteriores.

79. Com base na lei 72/94, aplica-se o rito sumaríssimo aos:

- a) aos processos fiscais fundados em apreensão de mercadorias em situação irregular.
- b) aos processos fundados em atraso de pagamento de tributos autolancados.
- c) aos processos fundados em descumprimento de obrigações acessórias.
- d) aos processos de restituição.
- e) aos processos de consulta.

80. Com base na lei 72/94, pode-se afirmar que o processo administrativo fica suspenso:

- a) quando o impugnante ou requerente expressamente desistir.
- b) quando o sujeito passivo for considerado ilegítimo.
- c) quando o Conselho ou Câmara acolher a alegação de coisa julgada.
- d) pela morte do impugnante.
- e) Nenhuma das anteriores.

81. De acordo com o RICMS-RR, indique a alternativa que não apresenta uma hipótese de incidência do ICMS:

- a) prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza.
- b) serviços prestados no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior.
- c) entrada, neste Estado, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica quando não destinados à comercialização ou à industrialização.
- d) ulterior transmissão de propriedade de mercadorias ou bens que, tendo transitado pelo estabelecimento transmitente, deste tenha saído sem pagamento do imposto em decorrência de operações não tributadas.
- e) fornecimento de mercadorias com prestação de serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios.

82. Entende-se por diferimento o processo pelo qual o recolhimento do ICMS devido em determinada operação ou prestação é transferido para etapas posteriores de sua circulação ou execução. Ocorrendo o diferimento, atribuir-se-á responsabilidade pelo pagamento do ICMS diferido ao adquirente ou destinatário da mercadoria ou ao tomador do serviço. Sobre tema analise os itens abaixo e responda o que se pede.

I - operações internas com energia elétrica.

II – operações internas com gado bovino.

III - operações internas com ouro.

IV- operações internas com arroz e feijão.

De acordo com o RICMS-RR, o ICMS será diferido em

- a) I, somente.
- b) II e III, somente.
- c) I, II e III, somente.
- d) I, II, III e IV.
- e) I e IV, somente.

83. Considera-se encerrada a fase de diferimento, exceto

- a) Nas saídas para consumo final.
- b) Nas saídas para o exterior.
- c) Nas saídas isentas.
- d) Nas entradas em estabelecimento comercial.
- e) Nas saídas internas de energia para revenda.

84. Acerca do conceito de estabelecimento, julgue os itens a seguir a assinale a alternativa correta.

I. Estabelecimento é o local, desde que público, construído ou não, mesmo que pertencente a terceiro, onde o contribuinte exerça toda ou parte de sua atividade, em caráter permanente ou temporário, ainda que se destine a simples depósito ou armazenagem de mercadorias ou bens relacionados com o exercício dessa atividade.

II. Na impossibilidade de determinação do estabelecimento, considera-se como tal o local em que tiver sido efetuada a operação ou a prestação, encontrada a mercadoria ou constatada a prestação.

III. considera-se depósito fechado o estabelecimento que o contribuinte mantiver para armazenamento de suas mercadoria e vendas.

- a) F-V-F.
- b) F-F-F.
- c) V-V-V.
- d) F-V-V.
- e) F-F-V.

85. Ocorre o momento da ocorrência do fato gerador do ICMS

- a) da entrada, a qualquer título, de mercadoria de estabelecimento de contribuinte, ainda que para outro do mesmo titular.
- b) da entrada de mercadoria no estabelecimento adquirente, em licitação pública de mercadoria ou bem importados do exterior, apreendidos ou abandonados.
- c) do ato final da prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via.
- d) do desembaraço aduaneiro de mercadorias ou bens importados do exterior, quando a entrada ocorrer antes do desembaraço.
- e) do encerramento das atividades, em relação às mercadorias existentes em estoque.

86. Considere as seguintes situações:

I - Contribuinte do ICMS roraimense remete, a título de venda, fogos de artifício a consumidor final não contribuinte localizado na mesma cidade.

II - Posto de gasolina, localizado em Bonfim-RR, fornece álcool para fins combustíveis a um contribuinte localizado em Cantá-RR.

III - O supermercado CARÃO, em Caroebe-RR, remete arroz para contribuinte pernambucano.

As alíquotas devidas ao Estado de Roraima nessas operações são respectivamente:

- a) 17% - 25% - 12%
- b) 25% - 25% - 12%
- c) 25% - 17% - 17%
- d) 25% - 17% - 12%
- e) 17% - 17% - 25%

87. Segundo o RICMS-RR, é vedado o creditamento relativo à mercadoria entrada no estabelecimento ou a prestação a ele feita quando:

I. para integração ou consumo em processo de industrialização ou produção rural, quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto, exceto na saída para o exterior.

II. quando a mercadoria for considerada já tributada nas demais fases de comercialização.

III. quando alheio à atividade do estabelecimento, presumindo-se alheio às atividades do estabelecimento os veículos de transporte de mercadorias e pessoal.

Após julgar os itens assim, marque a sequência correta.

- a) F-V-F.
- b) V-V-F.
- c) V-V-V.
- d) F-V-V.
- e) F-F-V.

88. No que tange à substituição tributária, julgue os itens e assinale a alternativa correta.

I - A responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS, na condição de contribuinte substituto, poderá ser atribuída em relação ao imposto incidente sobre uma ou mais operações ou prestações sejam antecedentes, concomitantes ou subseqüentes, inclusive ao valor decorrente da diferença entre as alíquotas interna e interestadual, nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado neste Estado, que seja contribuinte do ICMS.

II - Nas operações e prestações interestaduais com as mercadorias sujeitas à substituição tributária fruto de acordo entre os Estados, fica atribuída ao remetente a responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto em favor de Roraima, na qualidade de contribuinte substituto, desde que o imposto não tenha sido retido anteriormente.

III - Nos serviços de transporte e de comunicação, quando a prestação for efetuada por mais de uma empresa, a responsabilidade pelo pagamento do imposto será daquela que promover a cobrança integral do respectivo valor diretamente do usuário do serviço.

- a) Apenas o item II está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Todos os itens estão corretos.
- d) Apenas os itens II e III estão corretos.
- e) Apenas os itens I e III estão corretos.

89. Considere que um contribuinte de Pacaraima-RR remeta mercadoria sujeita a substituição tributária a revendedor localizado no mesmo Estado. Suponha que:

- 1) O valor da mercadoria seja de R\$20.000,00;
- 2) O IPI seja de R\$ 3.000,00;
- 3) A MVA (margem de valor agregado) seja de 50%;
- 4) A mercadoria esteja sujeita à alíquota interna de 12%;
- 5) O frete na operação seja de R\$ 2.000,00, contratado pelo destinatário junto a terceiros que não o remetente; e
- 6) Haja seguro da mercadoria no valor de R\$ 1.000,00, cobrado pelo remetente.

O valor do ICMS a ser retido pela empresa substituta é

- a) Menor ou igual a R\$ 1.0000,00
- b) Entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.300,00
- c) Entre R\$ 1.300,00 e R\$ 1.600,00
- d) Entre R\$ 1.600,00 e R\$ 1.900,00
- e) Maior que R\$ 1.900,00

90. Acerca do parcelamento, perderá o seu direito se verificado atraso:

- a) Em qualquer das parcelas por período superior a 90 dias.
- b) Em 2 parcelas, consecutivas ou não.
- c) Em qualquer das parcelas por período superior a 60 dias.
- d) Em 3 parcelas, consecutivas ou não.
- e) Em qualquer das parcelas por período superior a 30 dias

91. O (a) ____ tem por finalidade fornecer à Administração Pública informações e registros relativos à inadimplência de obrigações para com a Fazenda Pública Estadual, de natureza tributária ou não

Assinale a alternativa que complete corretamente a lacuna.

- a) CGF.
- b) CIPE.
- c) DT-e.
- d) Dívida Ativa.
- e) CT-e

92. Regime especial de tributação é o que se caracteriza por qualquer tratamento diferenciado em relação às normas gerais de exigência do imposto e de cumprimento das obrigações acessórias, sem que dele resulte desoneração da carga tributária. Acerca do Regime julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

I - A concessão de regime especial, salvo as disposições nele contidas, não dispensa o cumprimento das demais obrigações, principal e acessórias.

II - Não será concedido regime especial a contribuinte com prática reiterada de infrações à legislação tributária estadual.

III - O regime tem por objetivo simplificar a aplicação da legislação tributária.

IV - Não será concedido regime especial a contribuinte inscrito na Dívida Ativa dos Estados, da União ou dos Municípios.

- a) Há apenas um item correto.
- b) Há apenas dois itens corretos.
- c) Há apenas três itens corretos.
- d) Há quatro itens corretos.
- d) Não há itens corretos.

93. O sujeito passivo poderá ser submetido a Regime Especial de Controle e Fiscalização, inclusive com alteração da forma e prazo de pagamento do imposto. Assinale a alternativa que não apresenta uma hipótese de enquadramento no referido regime.

- a) os elementos constantes dos documentos e livros fiscais dos contribuintes forem julgados insatisfatórios, seja qual for seu regime de recolhimento.
- b) notificado para exibir livros e documentos fiscais, não o fizer nos prazos concedidos pela autoridade fiscal
- c) utilizar, em desacordo com as finalidades previstas na legislação, livros ou documentos fiscais, bem como alterar lançamentos neles efetuados ou declarar valor notadamente inferior ao preço corrente da mercadoria ou serviço.
- d) deixar de entregar reiteradas vezes, por período superior a 30 dias, documento ou declaração exigidos pela legislação.
- e) fundada suspeita de que os documentos fiscais não refletem o valor real da operação ou prestação.

94. Acerca do IPVA julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. O veículo novo terá como valor venal o preço à vista constante da nota fiscal emitida pelo revendedor ou do documento de desembaraço aduaneiro, quando de procedência estrangeira.
 - II. No caso de veículo novo adquirido ou desembaraçado a partir de 1º de fevereiro de cada ano, o IPVA corresponderá aos meses vencidos do ano, na proporção de duodécimos do valor constante da nota fiscal ou do documento de desembaraço aduaneiro.
 - III. Nos casos de veículo usado, a base de cálculo constará de tabela baixada pela Secretaria da Fazenda, que deverá ser corrigida na forma que dispuser o Regulamento.
- a) Estão corretos os itens I e III, apenas.
 - b) Estão corretos os itens I e II, apenas.
 - c) Estão corretos os itens II e III, apenas.
 - d) Estão corretos os itens I, II e III.
 - e) Está correto o item I, apenas.

95. A alíquota do IPVA para aeronaves é de

- a) 3%.
- b) 2%.
- c) 1%.
- d) 0,5.
- e) 2,5%.

96. De acordo com a lei 59/1993, são contribuintes do IPVA, exceto.

- a) proprietárias, a qualquer título, de veículo automotor licenciado no Estado de Roraima pelos órgãos competentes.
- b) titulares do domínio útil de veículo, nos casos de locação.
- c) titulares do domínio útil de veículo, nos casos de arrendamento mercantil.
- d) detentores da posse legítima de veículo, inclusive quando decorrente de alienação fiduciária em garantia.
- e) as pessoas físicas ou jurídicas que prestam serviços de licenciamento, transferência e emplacamento de veículos, credenciadas, ou não, como despachantes.

97. Acerca da Contribuição de Melhoria, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. A base de cálculo da Contribuição de Melhoria será a valorização imobiliária decorrente da execução da obra, determinada pela diferença entre o valor do imóvel antes da obra pública e o posterior àquela.
 - II. Contribuinte do tributo é o proprietário do imóvel ao tempo de seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.
 - III. Quando houver condomínio, quer de simples terreno, quer de terreno e edificação, a contribuição será lançada em nome de todos os condôminos, que serão responsáveis na proporção de sua quota.
- a) Estão corretos os itens I e III, apenas.
 - b) Estão corretos os itens I e II, apenas.
 - c) Estão corretos os itens II e III, apenas.
 - d) Estão corretos os itens I, II e III.
 - e) Está correto o item I, apenas.

98. A lei 25/92 concede crédito fiscal presumido do ICMS às mercadorias adquiridas com isenção, em outras unidades da Federação, por contribuintes localizados nas Áreas de Livre Comércio de Boa Vista e Bonfim. De acordo com a lei 25/92, assinale a alternativa incorreta.

- a) É concedido crédito presumido no valor igual ao imposto que teria sido pago na origem em outras unidades da Federação, se não houvesse a isenção.
- b) Para efeito de determinação de crédito fiscal presumido, relativo aos produtos industrializados de que trata este artigo, incluem-se os valores de frete auferidos por terceiros e do seguro.
- c) Será exigido o estorno do crédito presumido quando a mercadoria entrada no estabelecimento for objeto de saída isenta ou não tributada, sendo esta circunstância imprevisível na data da entrada da mercadoria, ressalvados os casos em que a legislação do imposto não exige a anulação do crédito.
- d) Não gera direito ao crédito presumido o documento fiscal não desembaraçado nos órgãos de fiscalização competentes.
- e) Tratando-se de mercadorias importadas sujeitas ao regime de substituição tributária, os lançamentos do ICMS-Importação e do ICMS-Substituição Tributária serão efetuados por ocasião do desembaraço aduaneiro das mercadorias, de forma simplificada e em um único documento de arrecadação.

99. De acordo com o Ajuste SINIEF 07/05, que institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, o arquivo digital da NF-e deverá ser elaborado no padrão:

- a) XML.
- b) DOC.
- c) TXT.
- d) PDF.
- e) DANFE.

100. De acordo com o Regulamento do ICMS do estado de Roraima, Decreto nº 4.335-E/2001, considera-se industrialização qualquer operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto ou o aperfeiçoamento para consumo. Se uma indústria realiza uma operação que importe em modificação, aperfeiçoamento ou, de qualquer forma, alteração do funcionamento, da utilização, do acabamento ou da aparência do produto, ela realiza a seguinte operação:

- a) Transformação.
- b) Beneficiamento.
- c) Montagem.
- d) Acondicionamento.
- e) Renovação.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-RR-30-10>

NÃO É ASSINANTE?

 <https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>